ESPAÇO CRIATIVO: PROPOSIÇÕES DO "CESTO LITERÁRIO" NA ESCOLA INDÍGENA

CREATIVITY SPACE: PROPOSITIONS OF THE "CESTO LITERÁRIO" IN THE INDIGENOUS SCHOOL

ESPACIO CREATIVO: PROPOSICIONES DEL "CESTO LITERARIO" EN LA ESCUELA INDÍGENA

Márcia de Souza[1]
Suzi Laura da Cunha[2]
Leonel Piovezana[3]

Resumo
As experiências com a Licenciatura Intercultural Indígena demonstram que o processo de aprendizagem de educadores e educandos depende de métodos de ensino, capazes de valorizar a produção cultural, a língua, a literatura dos povos originários. Nessa perspectiva, desenvolvemos o "Cesto Literário", projeto interdisciplinar do curso de pedagogia intercultural, com objetivos de conhecer, evidenciar e promover diálogo a respeito de diversas tradições literárias, indígenas e não indígenas. A iniciativa considerou o contexto do oeste de Santa Catarina, local colonizado por italianos e alemães, marcado pela cultura do trabalho onde iniciativas voltadas à produção cultural são isoladas e tímidas. Pesquisas demonstram que o conhecimento histórico e literário dos jovens da região, que ingressam no ensino superior, é significativamente inferior aos de outras regiões do estado. Em âmbito nacional, "Retratos da Leitura no Brasil" apresenta dados inquietantes e reitera a necessidade de incentivar o hábito da leitura e potencializar o senso crítico da comunidade acadêmica, tendo em vista nos últimos anos a redução de 4,6 milhões de leitores, 14% da queda foi registrada no ensino superior. As ações utilizaram textos literários e saberes indígenas como ponto de partida, engajou educadores a colocou diferentes modos de ler em prática, no cotidiano das escolas indígenas Sape Ty Ko e Cacique Vanhkre.
Palavras-chave: Literatura. Leitor. Interdisciplinar. Intercultural. Licenciatura indígena.

Abstract
The experiences with the Intercultural Indigenous Degree demonstrate that educators and students' learning process depends on teaching methods, capable of valuing cultural production, language, native peoples' literature. In this perspective, we developed the "Cesto Literário", a pedagogy´s intercultural course's interdisciplinary project, with the objective of knowing, highlighting and promoting dialogue about different literary traditions, indigenous and non-indigenous. The initiative considered Santa Catarina's western context, a place colonized by Italians and Germans, marked by the work culture where initiatives aimed at cultural production are isolated and timid. Research shows that young people´s historical and literary knowledge in the region, who enter higher education, is significantly lower than in other regions of the state. At the national level, "Portraits of Reading in Brazil" presents disturbing data and reiterates the need to encourage habits of

[1] Doutora em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes, Processo: 403854/2021-0, marcias@unochapeco.edu.br
[2] Mestra em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, suzilc@unochapeco.edu.br
[3] Doutor em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, pesquisador CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes, Processo: 403854/2021-0, leonel@unochapeco.edu.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

reading and enhance critical sense in academic community, bearing in mind the reduction of 4.6 million readers in recent years, 14 % of the drop was registered in higher education. The actions used literary texts and indigenous knowledge as a starting point, engaged educators and put different ways of reading into practice in the daily life of indigenous schools Sape Ty Ko and Cacique Vanhkre.
Keywords: Literature. Reader. Interdisciplinary. Intercultural. Indigenous degree.

Resumen
Las experiencias con la Licenciatura Intercultural Indígena demuestran que el proceso de aprendizaje de educadores y educandos depende de métodos de enseñanza, capaces de valorizar la producción cultural, la lengua, la literatura de los pueblos originarios. En esa perspectiva, desarrollamos el "Cesto Literario", proyecto interdisciplinario del curso de pedagogía intercultural, con objetivos de conocer, evidenciar y promover diálogo respecto a diversas tradiciones literarias, indígenas y no indígenas. La iniciativa consideró el contexto del oeste de Santa Catarina, lugar colonizado por italianos y alemanes, marcado por la cultura del trabajo donde iniciativas volcadas a la producción cultural son aisladas y tímidas. Investigaciones demuestran que el conocimiento histórico y literario de los jóvenes de la región, que ingresan en la educación superior, es significativamente inferior a los de otras regiones del estado. A nivel nacional, "Retratos de la Lectura en Brasil" presenta datos inquietantes y reitera la necesidad de incentivar el hábito de la lectura y potenciar el sentido crítico de la comunidad académica, teniendo en vista en los últimos años la reducción de 4,6 millones de lectores, 14% de la caída se registró en la educación superior. Las acciones utilizaron textos literarios y saberes indígenas como punto de partida, comprometió a educadores a poner diferentes modos de leer en práctica, en el cotidiano de las escuelas indígenas Sape Ty Ko y Cacique Vanhkre.
Palabras clave: Literatura. Lector. Interdisciplinario. Intercultural. Licenciatura indígena.

IMPLICAÇÕES DE CONTEXTOS PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A temática da leitura é pauta em diferentes âmbitos educacionais, públicos ou privados, em todos os níveis de ensino. Na última década, diálogos em torno de metodologias inovadoras para educação, em período de escalada digital, ganharam espaço significativo nesses contextos. Paralelamente, especialistas apontam o uso excessivo de dispositivos digitais em recreações insignificantes, como responsável por afetar o desenvolvimento neural e as estruturas do intelecto, como linguagem, concentração e memória, o que implica declínio na performance acadêmica. Para além das telas digitais, as atividades escolares, o exercício intelectual, a leitura, as artes, continuam sendo potenciais para o desenvolvimento cognitivo de diferentes gerações.

Desse cenário, direcionamos o nosso olhar para a região oeste de Santa Catarina. Colonizada por italianos e alemães no início do século XX, constituiu-se em torno de uma cultura do trabalho, relegando iniciativas isoladas e tênues para a arte e produção cultural. Tais características limitaram o desenvolvimento intelectual e cultural da população desta região. O nível de conhecimento histórico e literário dos jovens que

ingressam no ensino superior é extremamente baixo. Informações fornecidas por organizadores de concursos vestibulares indicam que o desempenho desses estudantes no quesito “redação” é significativamente inferior ao dos jovens de outras regiões do estado. Esse fator tem sérias consequências no processo de desenvolvimento regional.

Esses traços culturais implicam nos modos de observação do mundo, eles interferem em como atribuímos ou não significados às coisas e nos tornamos sensíveis ao que está em nosso entorno. A região oeste de Santa Catarina pode ser compreendida como recorte das implicações nocivas referentes ao comportamento social do colonizador. Observar, respeitar e aprender a cultura do outro, neste caso, em específico, da comunidade indígena, foi e continua sendo grande desafio.

Desse modo, professores e estudantes do curso de Pedagogia Intercultural da Unochapecó, desenvolvem o projeto de extensão “Cesto Literário”, para incentivar o hábito da leitura e o acesso à literatura brasileira e indígena, no meio acadêmico e na comunidade. A atividade é interdisciplinar, vinculada ao componente "práticas pedagógicas e saberes tradicionais", ao projeto de pesquisa "Ensino Superior Intercultural Indígena como protagonista para o desenvolvimento educacional, científico, socioeconômico e cultural da Mesorregião, Grande Fronteira do Mercosul, aprovado em 2021 no CNPq e da "Feira do Livro de Chapecó", amplo projeto de extensão com o propósito de incentivar a prática da leitura e a formação de leitores na região oeste de Santa Catarina.

Diferentes sistemas de avaliação da educação no Brasil, apontam a urgência de ações a fim de superar os índices desfavoráveis relacionados às habilidades de leitura. Com a intenção de minimizar esses diagnósticos e atender aos interesses dos estudantes, os quais demonstram interesse no aprimoramento da prática de ler e escrever, realizamos semestralmente o projeto "Cesto Literário".

COMO TRANÇAMOS O CESTO LITERÁRIO?

O “Cesto Literário” está em desenvolvimento com duas turmas de Pedagogia Intercultural da Unochapecó. Uma delas na escola indígena de ensino fundamental Sape Ty Ko, localizada na Aldeia Konda, interior do município de Chapecó- SC e a outra na Terra Indígena Xapecó, localizada entre os municípios de Ipuaçu-SC e Entre Rios-SC, na escola indígena de educação básica Cacique Vanhkre. Ele surge da constatação, por

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

parte do grupo de professores, de que os estudantes têm pouco acesso a livros de literatura e que muitos manifestaram interesse na busca por ampliar seus repertórios, principalmente em relação à literatura indígena.

Inicialmente foi realizado um levantamento acerca das obras que os estudantes tinham acesso e a partir desses dados constatou-se a necessidade de possibilitar meios para que eles pudessem conhecer e se apropriar de uma diversidade de livros, ampliando seus repertórios acerca da produção literária. Dessa forma, o colegiado do curso organizou uma seleção de literaturas, a partir do acervo da Brinquedoteca, laboratório do curso de Pedagogia da Unochapecó e semanalmente, por meio do "Cesto Literário", os estudantes escolhem diferentes obras para leitura.

Durante o semestre o projeto é discutido e encaminhado pelo colegiado de professores do curso e são indicadas pelo menos duas disciplinas para realizarem o processo de mobilização e socialização das leituras das obras. O desafio metodológico para a efetividade do projeto é encontrar meios para trabalhar a literatura clássica ou contemporânea, sem desconsiderar as narrativas da tradição oral indígena. O contexto intercultural e interdisciplinar exige a correlação dessas diferentes percepções de mundo e permite a valorização dos saberes indígenas.

Em uma das experiências, na sequência da leitura das obras "Mania de Explicação", de Adriana Falcão, e "Abecedário do Millôr para Crianças", os estudantes foram provocados a elaborar material didático e apresentar novos sentidos às letras do alfabeto. Além da ênfase no processo criativo com a relação texto x imagem, levamos em conta a tríade: leitura/língua(gem)/literatura para discutir o porquê não somos desafiados a reconstruir os sentidos das palavras, sem deixar de considerar a materialidade linguística e literária dos termos empregados pelos escritores lidos. Sensibilizamos os estudantes para a percepção dos diferentes modos de ler e empregar a língua portuguesa e a kaingang, nas manifestações verbais e não verbais. Com base nos diferentes contextos da cultura indígena e das habilidades individuais de percepção e leitura, os estudantes desenharam um novo "Alfabeto de imagens".

REFLEXÕES: A LITERATURA COMO DIREITO

A docência na Licenciatura Intercultural Indígena, em princípio, deve ser pautada pelo compromisso político e constantes problematizações. Uma delas perpassa

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

a reflexão quanto ao uso dos parâmetros da educação não indígena como métrica para avaliar e comparar a educação escolar indígena, desconsiderando-se as marcas da tradição oral dos povos originários. Podemos reconhecer a importância das habilidades de ler e escrever para que eles se tornem competentes e autônomos também no uso de diferentes linguagens do entorno social das Terras Indígenas, sem com isso subjugar os traços culturais presentes na aprendizagem dos estudantes indígenas.

Os profissionais docentes fazem parte de um grupo no qual a relação com o conhecimento torna-se essencial para o desempenho de sua tarefa principal, que é ensinar. O exercício da prática docente não é somente um espaço de desenvolvimento dos saberes provindo da teoria, necessariamente um espaço de produção de saberes específicos. O documento elaborado pelo MEC (BRASIL, 1999) sobre os referenciais para a Formação de Professores indica a necessidade de um novo perfil de professor comprometido e que tenha a possibilidade de "elevar a qualidade da educação", atrelando essas mudanças ao desenvolvimento do aluno enquanto sujeito histórico, capaz de responder aos desafios do mundo globalizado.

Para Freire, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno e isso significa, em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, levá-lo a entender sua situação de oprimido e agir em favor da própria libertação (SOUZA, 2001). Propunha utilizar a educação para melhorar o mundo. "Na perspectiva freireana, o objetivo é aliar educação a um projeto histórico de emancipação social: as práticas educacionais precisam estar relacionadas a uma teoria do conhecimento." (GADOTTI, 2007, p. 26).

> Sua pedagogia não é apenas uma pedagogia para os pobres. Ele, como ser conectivo, queria ver também os não-pobres e as classes médias se engajando na transformação do mundo. Toda pedagogia contém uma proposta política, implícita ou explícita. O 'método Paulo Freire' é um excelente exemplo disso: não faz sentido separar o seu método de uma visão de mundo. (GADOTTI, 2007, grifos do autor).

Ao contrário das práticas domesticadoras, Paulo Freire procura realizar uma educação condizente com as exigências da realidade brasileira, ou seja, uma educação comprometida com o desenvolvimento humano e a formação da consciência crítica. Conforme Freire (1992), as palavras geralmente usadas na prática educativa, tais como "escola", "classe", "professor", "aluno", estavam impregnadas de significações inaceitáveis, resultado das práticas domesticadoras da educação brasileira tradicional.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

Freire propõe uma pedagogia dialógica, propulsora da ação-reflexão, práxis determinante da conscientização, capaz de possibilitar maior representatividade social do aluno enquanto cidadão ativo, que se descobre integrante da sociedade onde está inserido, renunciando ao papel de mero espectador, e sim agente transformador de realidades (FREIRE, 1996). E foi em diálogo com os estudantes das licenciaturas interculturais que surge o projeto “Cesto Literário"

A experiência dialógica estimula o homem a investigar criticamente o mundo, na intenção de transformá-lo. A dialogicidade exige que o homem se mantenha em uma relação de respeito perante a liberdade do outro, portanto, requer uma relação construída não pela força da opressão e submissão, mas pela capacidade de dialogar (FREIRE, 1996).

A dialogicidade freireana tem por objeto o respeito ao princípio do ato educativo humano, em que os homens se educam no coletivo. Neste caso, para o educador Paulo Freire, não existe aquele que só ensina e aquele que só aprende. Todos são sujeitos das ideias e comportamentos que vai compor o todo do trabalho que será produzido (FREIRE, 1996).

Aliamos a perspectiva freireana como viés de sustentação da proposta para refletir o âmbito da leitura no Brasil. Nas salas de aula do século XXI, o ato de ler continua sendo desafiador em todos os níveis de ensino, e assume dimensões ainda mais provocadoras no contexto do nosso espaço de atuação como docentes na Licenciatura Intercultural Indíngena, cursos em andamento nas escolas de educação básica Cacique Vanhkre, Terra Indígena Xapecó e Sape Ty Ko, Aldeia Kondá e na Unochapecó.

Além disso , o compromisso com a formação de futuros professores alfabetizadores, profissionais que atuam diretamente na educação básica, perpassa a proposta do cesto literário, já que se compreende uma formação articulada às demandas advindas, principalmente, das escolas indígenas na região Oeste de Santa Catarina. Sabe-se que os índices em relação à alfabetização da população indígena vêm aumentando, entretanto a garantia do domínio da leitura e escrita, tanto na língua portuguesa quanto na língua materna, é um desafio.

Nesse sentido, é preciso compreender que o processo de alfabetização não se resume à "memorização" de letras e sua grafia. A alfabetização tem duas dimensões que não podem ser dissociadas: por um lado ela representa o domínio de um sistema notacional e não um código, ou seja a compreensão que a escrita representa os sons da

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

língua. Por outro lado, esse processo deve constituir a entrada num universo cultural novo, associado a escrita que envolve não somente o aprendizado de conteúdos, mas modos de produzir e compreender significados . Como orienta Magda Soares (2020) o processo de alfabetização se constitui em aprender a ler e escrever - *alfabetização* - e ter habilidades voltadas ao uso social da leitura e da escrita - *letramento* .

Os contextos sociais, nos quais as crianças indígenas vivem, de forma singular as pertencentes às comunidades kaingangs da região Oeste de Santa Catarina, são ambientes em que a leitura e a escrita tem papel central, seja pelo vínculo que as comunidades estabelecem com a escola, espaço privilegiado de socialização nas aldeias, seja pela interação que as crianças estabelecem com os adultos, na comercialização do artesanato e nas diversas viagens que realizam em outras cidades e estados, ou seja, estão inseridas em contextos grafocêntricos.[4] Deste modo, muito antes da entrada na escola as crianças progressivamente apropriam-se do conceito de escrita. Como destaca Smolka (1999), as crianças em seus processos formativos, operam "com e sobre" a linguagem que aprendem, deste modo, todas as transformações que ocorrem com a criança devem se considerar não só no aspecto mental, mas também discursivo. Vigotski, importante estudioso sobre aprendizagem e desenvolvimento, infere acerca dos processos dialógicos que envolvem essa relação. Para o autor, desde que a criança nasce o desenvolvimento ocorre, não só de forma biológica, em um processo apenas de maturação da estrutura física e do sistema nervoso, processo de dentro para fora, mas também psicológico e social, processo de evolução cognitiva e internalização de valores, comportamentos, atitudes e conhecimentos, num processo de mediação social, cultural, por intermédio da aprendizagem que é sempre realizada pelo outro - no processo de humanização.

Vigotski (2016) afirma que o desenvolvimento prepara o espaço para a aprendizagem. A aprendizagem empurra para a frente o desenvolvimento. Em relação à apropriação da escrita alfabética há uma interação entre desenvolvimento e aprendizagem. O desenvolvimento que resultará dos níveis de maturação psicológica da criança em seu contexto sociocultural irá preparar o espaço para que a criança , por intermédio da mediação adquira informações sobre a escrita o que possibilitará que formule e reformule conceitos. (SOARES, 2020).

[4] Na Região Oeste de Santa Catarina é comum a presença de crianças indígenas kaingang acompanharem as famílias na comercialização do artesanato. Inclusive uma prática reivindicada pela comunidade.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

Cabe à escola construir um universo de possibilidades que convide a criança a ler e escrever para que ela possa se apropriar do sistema de escrita alfabética e participar ativamente das práticas letradas em seus contextos sociais. Dessa maneira, o letramento é fundamental. Magda Soares (2007) define o letramento como um fenômeno que designa o uso da escrita e a participação em práticas que envolvem a leitura e a escrita e que apresenta dimensões importantes: *dimensão individual e social* . Por um lado o domínio das habilidades de leitura e escrita e por outro os usos dessas habilidades na prática social, como uma forma de se colocar no mundo.

Nessa direção, como afirma Paulo Freire (2001), saber ler e escrever, alfabetizar-se , é antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender seu contexto, não de forma mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Daniel Munduruku (2017) importante escritor indígena reforça que os processos de alfabetização nas comunidades indígenas brasileiras precisam de práticas de letramento para fortalecer a autoria e a identidade para não se apagar a memória cultural de pertencimento, ou seja , de identidade social. Com a contribuição desses importantes escritores é que os momentos da formação nas licenciaturas indígenas que priorizam a leitura como elemento essencial para formação de futuros professores, busca ressignificar o ato de ler para além do mecânico, como uma possibilidade de acesso ao mundo, já que como nos ensinou Freire não basta ler o mundo , mas escrevê-lo, reescrevê-lo e transformá-lo.

Diante disso, as experiências com a educação intercultural tem nos encorajado a desenvolver atividades interdisciplinares de incentivo à leitura, para as quais o texto literário é o ponto de partida. Se por um lado elas ajudam a garantir as prerrogativas da Constituição Federal (CF), 1988, dispostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 1996, por outro, reiteram a importância da correlação de diferentes áreas do saber, como perspectiva para o desenvolvimento do senso crítico. No aspecto educacional, o art. 210 da CF fixa conteúdos mínimos para o ensino fundamental, a fim de garantir "formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais" e no § 2º ressalta que o "ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem." (BRASIL, 1988, p. 110).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

Ao considerar as garantias previstas nesses documentos e as implicações que deveriam ter nas instituições educacionais, não rara às vezes, somos surpreendidos com avaliações nem sempre instigantes, como é o caso da realidade leitora no Brasil. De acordo com a quinta edição da pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", de 2015 a 2019, perdemos 4,6 milhões de leitores, a queda é mais intensa nas classes A (de 76% de leitores para 67%) e B (de 70% para 63%) e entre os que cursaram o Ensino Superior (de 82% para 68%). (2020, p 11). Essas métricas trazem inúmeras consequências, uma delas é o resultado no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Em 2018, na habilidade de leitura, 50% dos estudantes brasileiros, entre 15 e 16 anos, não apresentaram nível básico, considerado o mínimo para exercer a cidadania e, diante disso, a leitura precisa ser considerada questão de política pública.

> Se mais de 40% dos entrevistados informam, na pesquisa, que não leem porque têm dificuldades para compreender o que leem, concluímos que quatro em cada dez brasileiros com mais de 5 anos não dispõem de ferramentas básicas para o acesso ao conhecimento, à aprendizagem e para a transformação da sua situação social. Essa constatação nos traz a pergunta que não nos deixa calar: conseguiremos melhorar o patamar de desenvolvimento social e humano do Brasil com 93 milhões de não leitores e, entre eles, quase 78 milhões de pessoas que não leem não porque não gostam de ler ou porque não têm tempo para ler, mas porque não compreendem o que leem? (FAILLA, 2021, p.24)

A pesquisa mostra a falta de reconhecimento dos benefícios proporcionados pela leitura ou ainda que a atividade é vista como luxo ou ócio no ambiente escolar. Ainda na década de noventa do século passado, Possenti nos fez refletir a respeito de ofensivas direcionadas ao ato de ler nas salas de aula, ao que ele denominou "pragas" e, entre elas, a enfadonha opinião de que os espaços educacionais não são compreendidos como locais propícios para ela, professores não a adotam em aulas, por exemplo, pois sentem receio de serem denominados preguiçosos. Isto mostra que a leitura, equivocadamente, não é entendida como trabalho. Contudo, como sinaliza Possenti (1994, p. 33), a “praga mesmo não é professor que não manda ler, é professor que não lê. Quem não lê [...] não tem por que aconselhar ou criar oportunidades para que outros leiam. Para ele a experiência do leitor é intransferível.

Durante décadas a atividade de leitura fora balizada por uma perspectiva não comunicacional e passiva, como se um texto pudesse ser estável, de contornos claros, cujo conteúdo pudéssemos classificar completa e objetivamente (ARROJO, 2000). No entanto, de acordo com Motta-Roth (2006), as teorias já têm revelado o papel

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

efetivamente comunicacional do texto e, consequentemente, da leitura. Ler não é um processo passivo e não será 100% sentido. Texto é parte do sentido que vem à tona durante o processo de leitura, contando, essencialmente, com a colaboração do leitor, com papel essencialmente ativo na produção de significados. O texto demanda a negociação de sentidos, já que não significa sozinho, é dependente da interpretação ativa do leitor. Leitura é uma atividade que exige trabalho altamente elaborado e não deve ser apenas incentivado, mas, de fato, exercitado nas salas de aula; como qualquer outra habilidade complexa ela reivindica prática orgânica. Nesse prisma, Roland Barthes (1987, p.27) orienta,

> Abrir o texto, fundar o sistema de leitura, não é, pois, apenas pedir e mostrar que é possível interpretá-lo livremente; [...] o jogo não deve ser aqui compreendido como uma distração, mas como um trabalho [...] ler é fazer trabalhar o nosso corpo ao apelo dos signos do texto, de todas as linguagens que o atravessam e que formam como que a profundidade cambiante das frases.

O propósito que move o "Cesto Literário" é o de desconstruir a ideia, romper o famoso jargão "eu não gosto de ler", comum no cotidiano da sala de aula. Infelizmente, essa noção perpassa todos os níveis de educação e não se apresenta apenas na linguagem dos alunos, mas, como demonstra a pesquisa anteriormente mencionada, também faz parte do perfil leitor de professores, 31% dizem gostar pouco de ler e as preferências deles não se distinguem das apontadas pelos demais entrevistados. A Bíblia aparece em primeiro lugar, e é cinco vezes mais mencionada em relação ao segundo colocado. Quando se trata da escolha dos autores da última obra lida, aparece apenas um clássico entre as cinco mais citadas, Machado de Assis. Livros com temática religiosa ou de autoajuda estão entre os mais aludidos. Esses dados são provocadores e apontam obstáculos, pois, não é possível mediar a leitura sem identificação, vínculo emocional, experiência e repertório.

Quanto ao acesso às bibliotecas, a pesquisa mostra que, embora 47% dos brasileiros saibam da existência delas nos locais em que residem, 4% informaram frequentá-las sempre e 13% às vezes. De modo geral, os usuários de bibliotecas estão diminuindo, em 2011 eram 64%. A qualidade do acervo não foi bem avaliada, apenas 57% encontram as obras desejadas. Dos principais motivos para não frequentar esses espaços, 34% indicaram a falta de tempo, 20% não gostam de ler e 13% não têm biblioteca próxima. O panorama altera-se quando os dados são relacionados às

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

bibliotecas escolares: 84% dos estudantes contam com biblioteca ou sala de leitura nas escolas ou instituições de ensino superior e 83% recebem indicação de livros dos professores. Desse mesmo público, no Ensino Fundamental I, 18% informaram que os professores não indicam livros e no Ensino Fundamental II são 22%.

O panorama colocado pela pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" está intimamente relacionado às condições históricas da democratização do ensino e traz à tona o debate sobre o direito à literatura, ideia defendida por Antonio Candido, no contexto de 1988, pós-ditadura militar. Direito assegurado no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), constituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas: "Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor."[5] Ao discutir o acesso a bens culturais, o crítico mostra como o pensamento dominante do período de industrialização no mundo produziu comodidades ao homem, ao mesmo tempo em que penalizou parte da população com a pobreza. Mecanismos de produção da riqueza deixaram como saldo a desolação e, ainda que a atualidade nos permita suplantar moldes desumanos de trabalho, parece que parte da sociedade segue indiferente ao problema.

> Essa insensibilidade nega uma das linhas mais promissoras da história do homem ocidental, aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr dos séculos XVIII e XIX, gerando o liberalismo e tendo no socialismo a sua manifestação mais coerente. Elas abriram perspectivas que pareciam levar à solução dos problemas dramáticos da vida em sociedade. E de fato, durante muito tempo acreditou-se que, removidos uns tantos obstáculos, como a ignorância e os sistemas despóticos de governo, as conquistas do progresso seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas, porque a instrução, o saber e a técnica levariam necessariamente à felicidade coletiva. No entanto, mesmo onde estes obstáculos foram removidos a barbárie continuou entre os homens. (CANDIDO, 2004, p. 160 - 170).

Para o autor, o movimento em prol dos direitos humanos resolveria parte do descompasso social, responsável por motivar injustiças, e isso não aconteceria como desejado pelos utopistas racionais. As dissonâncias seriam ultrapassadas com o máximo de igualdade e justiça social, em correspondência às fases da história. Embora tenhamos dados que nos apresentem cenários angustiantes, o presente motiva, oferece condições materiais para o enfrentamento da situação, mas nos desafia à urgente correlação da

[5] Documento disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

teoria com a prática. Tendo em vista os recursos técnicos disponíveis, a desigualdade torna-se intolerável, em quaisquer das áreas que se apresente.

> [...] pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo. Esta me parece a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e autoeducação a fim de reconhecermos sinceramente este postulado. (CANDIDO, 2004, p.172).

Além dos direitos fundamentais, casa, comida, alimentação, etc, a mudança no âmbito da educação propõe a criação de condições para que todos acessem bens culturais, sejam eles parte de um acervo intelectual local ou mundial. Para fundamentar esse pensamento, Candido reitera a diferenciação dos "bens compressíveis" e "bens incompressíveis", como abordado pelo padre, sociólogo e economista Louis-Joseph Lebret. Mesmo havendo certa dificuldade em demarcar o que faz parte de um ou de outro, é possível dizer que no primeiro estão os bens prescindíveis e no segundo os imprescindíveis. O crítico explica o equívoco de concepções que categorizam arte e literatura entre os bens compressíveis, aqueles que não são de extrema necessidade, e aponta outra perspectiva: "são incompressíveis [...] a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão, etc; direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura". (CANDIDO, 2004, p. 174). Ainda assim, poderíamos perguntar, é possível conceber a literatura como categoria de bens incompressíveis? Sim, em uma configuração social equânime, pois eles são capazes de assegurar a sobrevivência física e a integridade espiritual. A arte e tudo o que possui poesia humaniza e conduz ao autoconhecimento. A ficção, por exemplo, faz pensar a nossa existência.

O universo fabuloso é inerente à humanidade em todos os períodos históricos e, a despeito da nossa vontade, existe também em nossos sonhos. A habilidade de criar, alimento crucial para a literatura, está presente no homem, independente da classe social, do nível de escolaridade, evidencia-se no erudito e no popular. Essa percepção abrangente da literatura a transforma em demanda coletiva, logo, em um direito. Nas sociedades ela tem sido importante dispositivo para a educação, ferramenta intelectual, integra currículos e sugere valores. "A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas."

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

(CANDIDO, 2004, p. 175). O papel da literatura está vinculado à heterogeneidade da sua essência que esclarece o comportamento paradoxal e humanizador.

> Em obras literárias podem ser encontradas dimensões sociais aparentes: a linguagem, os costumes, modas, manifestações grupais e referências a lugares, no entanto, um assunto ao ser abordado se envolve por condições que necessitam de compreensão para entranhar-se em sentidos. A literatura constitui-se e caracteriza-se por meio do entrelaçamento de fatores sociais, considerar esses fatores na formação da estrutura da obra é decisivo para analisá-la, não obstante, é insuficiente comparar uma obra com a realidade exterior para entendê-la, porque isso seria apenas simplificá-la. (AGNOLETTO e SOUZA, 2019, p.16-17)

Não se trata de apontar como única função da literatura disseminar conhecimentos, porque essa é apenas uma, e ocorre de modo simultâneo a outras. É preciso perceber a elaboração, a estrutura, o arranjo das palavras, todos os elementos que constroem a coerência, pois, como consequência, a configuração da obra será responsável por organizar os sentimentos, os sentidos e a visão de mundo do leitor. Ao contrário do que se pensa, é de fundamental importância a leitura de textos aparentemente inacessíveis e sem relação com a realidade manifesta, porque eles arrastam as palavras do lugar comum e as entrelaçam a novos vínculos e sentidos, como propõem muitas vezes as poesias.

Ao leitor é imprescindível comunicar-se com a técnica, do contrário não saberá como se deu o entrelaçar das palavras, a sonoridade, o encadeamento das sílabas poéticas para harmonizar o verso, a determinação de ritmos, são referências que demonstram parte significativa do processo de criação e o desafio do leitor é percebê-las, acessar aos métodos para então tecer sentidos: "o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere". (CANDIDO, 2004, p. 178) Na perspectiva da humanização, a leitura subentende atenção, abandono do trivial e do que nos é puramente emocional. É a experiência com a forma e o conteúdo juntos capaz de ampliar a consciência do que vemos e sentimos.

CONSIDERAÇÕES

Os termos ler e leitura derivam do latim *legere* e *lectura* possuem significados de "colher, escolher, recolher" e, originariamente, estão associados à agricultura. O

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

significado contemporâneo do termo é *legere oculis "colher* com os olhos", metáfora do ato de ler, ou seja, desenvolver a habilidade de escolher, definir e compreender as palavras, o texto e o mundo. Todos esses sentidos articulados sustentam a proposta "Cesto Literário", no intuito de provocar, instigar o hábito da leitura; colher e alimentar o pensamento crítico dos participantes.

A denominação do projeto tem íntima relação com o cotidiano dos universitários, uma vez que a produção de artesanato integra o dia a dia da comunidade indígena. Confeccionar cestarias possui valor simbólico porque remete à tradição ancestral em diálogo com o presente. O termo cesto, na origem grega, possui o sentido de bordado. Correlacionar esse contexto social, a literatura com as práticas pedagógicas, tem sido fundamental para o engajamento dos participantes e a efetividade da proposta.

Os trançados e grafismos das cestarias têm relação com a memória dos ancestrais e, assim como a literatura, são resultados de observações do mundo, envolvem simbologias e mitologias. No que se refere à confecção, literatura e artesanato também se tocam porque dependem das mãos do escritor e do artesão.

O texto literário permite a observação do mundo em perspectivas amplas e complexas, aliar a literatura às práticas pedagógicas possibilita-nos debater e enfrentar a avassaladora e injusta realidade social, no que se refere ao parco acesso da população à bibliotecas, livros e aos bens culturais. Universidade, escola e sociedade devem defender e viabilizar ações em prol da leitura e garantir o direito à literatura e à arte.

Este artigo considerou dados estatísticos sobre a leitura no Brasil. Entre eles, o fato de que as dificuldades, no campo da leitura, vêm agravadas nas cidades de pequeno porte, e, em certa medida, as chamadas do interior. Com base nessas premissas, pode-se intuir que, sem uma modificação significativa desse cenário, o desenvolvimento regional permanecerá aquém das necessidades e das potencialidades regionais. O papel da universidade e do poder público é muito relevante, pairando sobre essas instituições maior expectativa de liderança e articulação de diferentes atores sociais para intervenções transformadoras do cenário apresentado.

A leitura e a escrita são os principais veículos de participação e interação social, há a necessidade de se fomentar mecanismos de incentivo à leitura, produção de textos, encorajamento à linguagem nos diferentes níveis educacionais. Há demanda urgente para que se catalise e se multiplique o debate acerca da formação de sujeitos críticos e socialmente participativos.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.
Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022

Por que ler é importante? Ou, porque ler é fundamental? Há inúmeras justificativas para essas perguntas, mas, neste caso, essencialmente falamos da leitura na Licenciatura Intercultural e das questões que implicam a formação de professores. Nem sempre o currículo universitário consegue suprir as exigências para essa atividade profissional docente. Projetos de ensino, extensão e de pesquisa têm sido aliados nessa trajetória. Por um lado, são considerados espaços decisivos para o aperfeiçoamento profissional e, por outro, fazem o movimento imprescindível à universidade, a relação com a comunidade.

REFERÊNCIAS

AGNOLETTO, Ana Cristina; SOUZA, Márcia de. Produção de Sentido em O Continente: Movimentos do Tempo e do Vento. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. Foz do Iguaçu, v. 5, , mai., 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1511/986>. Acesso em 18 ago. 2022.

ARROJO, R. **Oficina de tradução, a teoria na prática**. São Paulo: Ática, 2000.
BARTHES, Roland. Escrever a leitura. In: **O Rumor da Língua**. Lisboa. Edições 70, 1987.
BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 4ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** São Paulo: Ática, 2001.
MOTTA-ROTH, D. O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais. **Linguagem em (Dis)curso**, 6, n. 3. Tubarão, SC: UNISUL, set./dez., 2006.

MUNDURUKU, Daniel. A escrita e a autoria fortalecendo a identidade. 2017. Disponível em : https://pib.socioambiental.org/pt/A_escrita_e_a_autoria_fortalecendo_a_identidade
POSSENTI, Sírio. Pragas da leitura. **Leitura, escola e sociedade**. São Paulo, FDE, Série Ideias n.13, 1994.

Retratos da Leitura no Brasil. Instituto Pró-livro. 5ª ed. 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.	
Recebido em: 20 nov. 2022	Aceito em: 30 dez. 2022

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 4. São Paulo Autêntica, 2007.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: Toda Criança Pode Aprender a Ler e a Escrever.** Editora Contexto, 2020.

VYGOTSKY, L.S., LURIA, A.R., LEONTIEV, A.N. **Linguagem**, **desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2016.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 94-109, set./dez. 2022.

Recebido em: 20 nov. 2022 | Aceito em: 30 dez. 2022